

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-96-3

DOI 10.22533/at.ed.963181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819121	
CAPÍTULO 2	12
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819122	
CAPÍTULO 3	22
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819123	
CAPÍTULO 4	30
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819124	
CAPÍTULO 5	47
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819125	
CAPÍTULO 6	55
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819126	
CAPÍTULO 7	64
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819127	

CAPÍTULO 8	76
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	
<i>Julyette Priscila Redling</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819128	
CAPÍTULO 9	89
A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
<i>Tainá da Silva Bandeira</i> <i>Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819129	
CAPÍTULO 10	99
A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i> <i>Eilizabeth Miranda de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191210	
CAPÍTULO 11	111
A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)	
<i>Amilka Dayane Dias Melo Lima</i> <i>Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191211	
CAPÍTULO 12	125
A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO	
<i>Leandro Aparecido de Souza</i> <i>Alberto Albuquerque Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191212	
CAPÍTULO 13	132
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	
<i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191213	
CAPÍTULO 14	146
ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i> <i>Renata Manuely de Lima Rêgo</i> <i>Victor Vasconcelos de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191214	
CAPÍTULO 15	153
APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL	
<i>Edson Ferreira Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191215	

CAPÍTULO 16	169
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191216	
CAPÍTULO 17	181
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191217	
CAPÍTULO 18	192
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191218	
CAPÍTULO 19	205
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191219	
CAPÍTULO 20	221
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191220	
CAPÍTULO 21	238
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191221	
CAPÍTULO 22	244
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191222	
CAPÍTULO 23	249
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191223	
CAPÍTULO 24	253
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191224	
SOBRE A ORGANIZADORA	266

A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016

Greicimara Vogt Ferrari
Ana Paula Colares Flores Moraes

RESUMO: O presente trabalho inspirou-se em pesquisa de Mestrado, que teve como foco as implicações de contexto e a (des)continuidade de estudos de estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Entre outros objetivos, buscou-se no estudo compreender e problematizar a trajetória histórica da modalidade e, conseqüentemente, as políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse espaço, optou-se por ampliar o estudo e direcionar o olhar às políticas de EJA entre 2001 e 2016, considerando como fontes os seguintes documentos legais: Planos Nacionais de Educação 10172/2001 e 13005/2014 e, de forma breve, ponderou-se a Emenda Constitucional 95/2016. A pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo foram os aportes metodológicos que conduziram este texto, que procurou além de abordar a EJA em bases legais nacionais, problematizar como tal modalidade é concebida. Considera-se a complexidade que gira em torno das políticas educacionais, no entanto ousa-se afirmar que a abordagem relativa à EJA é escassa nos documentos consultados e acaba

por não traduzir uma política perene relativa à modalidade. A partir de tal retrato, busca-se um cenário propositivo em prol de uma política de EJA que efetive o direito ao acesso, permanência e a continuidade de estudos dos sujeitos que procuram a modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This work was derived from a Master thesis, which focused on the implications of the context and the (dis)continuity of study activities of students of the “Brazilian National Program for Integration of Professional Education with the Primary Education in the modality of the Education for Young People and Adults” (PROEJA). Among other objectives, the study sought to understand and problematize the historical trajectory of the modality and, consequently, also the policies focused on the “Education for Young People and Adults” (EJA). In this context, it was decided to extend the study and direct it to the policies of EJA between 2001 and 2016, considering as sources the following legal documents: National Plans for Education 10172/2001 and 13005/2014, briefly analyzing the Constitutional Amendment 95/2016. This work was built upon a bibliographical research and content analysis, which sought to address the EJA on national legal bases and to assess

how such modality is conceived. It is considered the complexity that revolves around the educational policies; however, we may claim that the current approach with respect to EJA is scarce when one considers the documents that were consulted, which may result in a policy that does not fully reflect the modality. Based on this fact, we seek for a propositional scenario in favor of an EJA policy that will enforce the right to access, stay and continue the studies of the subjects that seek the modality.

KEYWORDS/PALABRAS CLAVE: Professional education; Youth and Adult Education; Public Policy.

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto tem como ponto de partida uma Pesquisa de Mestrado, que teve como questão orientadora: “Como implicações de contexto influenciam nas (des) continuidades de escolarização de estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)?”. O aporte metodológico que inspirou o estudo foi a história oral, no entanto, antes de adentrar nas entrevistas, buscou-se a compreensão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto modalidade de ensino, cenário no qual as políticas relacionadas à área estão imbricadas e, neste espaço recebem destaque.

Objetiva-se aqui, além do apresentado em dissertação, pautar políticas educacionais relativas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período entre 2001 e 2016. Neste texto foram considerados os documentos legais: Planos Nacionais de Educação, aprovados pelas Leis 10.172/2001 e 13005/2014. Como aporte metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo.

Compreende-se a complexidade que gira em torno das Políticas Educacionais e nesse espaço buscou-se direcionar o olhar para as Políticas na área de EJA no Brasil, Soares (2001, p. 206), problematiza:

Há, na verdade, a ausência de uma política nacional articulada para a EJA? Como essa política se expressa? Esta é a crítica mais recorrente que se vem fazendo ao governo federal. O que existem são ações fragmentadas e desarticuladas, que surgem, desenvolvem-se, e muitas vezes extinguem-se, sem que resultem efetivamente em políticas de EJA [...]

É para esse cenário inconstante que procura-se convergir a abordagem. Considera-se, para tanto, as políticas educacionais da EJA, especialmente no período entre 2001-2016. Opta-se por considerar o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 de 2001, adentra-se no Plano Nacional em vigor, aprovado pela Lei nº 13005 de 2014 e, o pano de fundo para análise da conjuntura, é delineado pela emenda Constitucional 95 de 2016.

2 | A EJA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- LEI Nº 10.172/2001

O Plano Nacional de Educação (PNE) que vigorou entre 2001 e 2010, segundo Di Pierro (2001), foi construído no período entre 1996 e 2001, resultando na Lei nº 10.172/2001. Para a autora, no plano da retórica (no que tange os acordos internacionais e legislações nacionais) parece existir um amplo consenso em torno do direito humano à educação, continuada ao longo da vida. Porém, ao analisarem-se as políticas educacionais levadas à prática, constata-se a secundarização da modalidade. A autora salienta a restrição das discussões referentes à EJA no processo de tramitação do PNE:

Ao longo dos dois anos em que os projetos de PNE tramitaram nas duas casas do Congresso, a EJA foi abordada em apenas uma audiência pública convocada pela Comissão da Câmara dos Deputados, em junho de 1999, que também tratou da educação indígena e do ensino a distância, o que restringiu o aprofundamento de cada um dos temas. Os especialistas convidados criticaram a estratégia de campanha de alfabetização e a inclinação dos governos delegarem às organizações sociais encargos por sua manutenção e desenvolvimento, sublinhando a responsabilidade do setor público pela ampliação das oportunidades educativas com qualidade e pela inserção orgânica da modalidade ao sistema de ensino, o que exigia ampliação do financiamento. Mencionou-se que a alfabetização e o analfabetismo articulam-se às condições socioeconômicas e outros mecanismos de inclusão e exclusão sociocultural, cuja transformação requer processos continuados de formação integrados a políticas de acesso ao trabalho e à renda. Ponderou-se que o desempenho escolar das novas gerações depende de seu ambiente de socialização primária, nas famílias e comunidades, motivo pelo qual o investimento realizado em EJA é fator de melhoria do sistema educacional em seu conjunto (p. 943-4).

A partir do relato apresentado acima percebe-se que, mesmo os intelectuais tendo pouco espaço para expor as questões relativas à EJA, foram capazes de traduzir as principais necessidades e problemáticas que envolvem a temática, desde as críticas às campanhas de alfabetização, a responsabilidade do Estado como provedor, as causas do analfabetismo, até a importância do investimento. De fato, alguns intelectuais levantaram pautas que mereciam ser contempladas no PNE.

No aspecto estrutural, a Lei 10.172/2001 aborda a EJA, no item III, sob o título “Modalidade de Ensino”. No documento, os apontamentos iniciam com um levantamento do diagnóstico da situação brasileira em relação ao analfabetismo. Logo no início do item, cita-se que o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país. Tal declaração ocasiona certo desconforto, vale indagar: o que tem levado tantas pessoas a permanecerem na condição de analfabetas? O que o Brasil tem feito para diminuir estes índices? Culpabilizar o próprio analfabeto parece ser uma forma de diminuir as responsabilidades do Estado diante da questão.

No decorrer do PNE, foram anexadas tabelas que reforçavam a preocupação

diante do imenso número de analfabetos no país. Buscando ilustrar a presente discussão, apresenta-se abaixo a tabela 1, numerada como a 14ª no PNE:

Brasil	14,7 %
Região Norte urbana	11,6 %
Região Nordeste	28,7 %
Região Sudeste	8,7 %
Região Sul	8,9 %
Região Centro-Oeste	11,6%

Tabela 1- Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais- Brasil e regiões – 1996

Fonte: Tabela extraída da lei 10.172/2001. Endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Considerando a visualização desta tabela, constatou-se a importância de buscar dados mais recentes, para avaliar alterações e/ou permanência nas taxas de analfabetismo, apresentadas abaixo através da tabela 2.

Região	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	14,7	13,79	13,33	12,38	11,87	11,61	11,45	11,13	10,47	10,09	9,96
Norte	13,52	12,62	12,34	11,23	10,36	10,55	12,71	11,55	11,3	10,84	10,73
Nordeste	29,4	27,49	26,6	24,25	23,36	23,15	22,43	21,9	20,73	19,93	19,41
Sudeste	8,56	8,08	7,77	7,51	7,18	6,83	6,62	6,58	6,01	5,78	5,81
Sul	8,26	8,1	7,76	7,08	6,74	6,38	6,29	5,93	5,7	5,47	5,45
Centro-Oeste	12,38	11,1	10,76	10,22	9,64	9,46	9,18	8,9	8,25	8,05	8,18

Tabela 2- Taxas de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais - Brasil e regiões- 1997 a 2008

Fonte: Autoras, com dados do IBGE. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD366&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

Através das tabelas, percebe-se que os números relativos ao analfabetismo no Brasil caíram de um total de 14, 7 %, da população maior de 15 anos em 1997, para 9,96 %, da população na mesma faixa etária em 2008. Os números relacionados ao analfabetismo podem ter diminuído, entretanto, assim como o próprio PNE enfatiza, na alfabetização com uma concepção ampliada ressaltam-se questões como o abandono escolar dos educandos da EJA, fator que também precisa ser observado.

Após o diagnóstico, o PNE prevê diretrizes para a EJA, enfatizando a educação ao longo da vida, temática pautada na Conferência de Hamburgo e reforçada na

VI Conferência de EJA, através do marco de ação de Belém. Mesmo prevendo a educação ao longo da vida, o PNE cita como meta mínima a formação de oito anos, equivalente ao Ensino Fundamental e progressivo acesso ao Ensino Médio. Apesar do alerta dos intelectuais, o PNE prevê a oferta de diversos Programas, bem como a participação solidária da sociedade civil. Ressalta-se novamente o papel do Estado como provedor, da mesma forma que os intelectuais chamados a debater o processo de construção do plano manifestaram tais preocupações, em audiência convocada pela Câmara dos Deputados.

Fechando o documento, foram propostas 26 metas quantitativas e qualitativas para a modalidade. Segundo Di Pierro (2010), para o cumprimento destas metas, previa-se a cooperação entre as três esferas do governo e sociedade civil, entretanto, em relação ao financiamento, prevaleceu a proposta do Executivo Federal, na qual era prevista o emprego prioritário na EJA de recursos destinados ao Ensino Fundamental, que não contemplassem o FUNDEF. A autora destaca ainda que o plano previa monitoramento periódico, com a divulgação e avaliação bianual dos Programas de EJA, contudo esta meta não foi considerada, já que não foi possível localizar indicadores e relatórios para o acompanhamento do PNE (2001-2010).

3 | O LUGAR DA EJA NA LEI 13.005/2014

No ano de 2014, foi aprovado pela Lei 13005 de 2014 o atual PNE, com vigência prevista para 10 anos a partir de sua publicação. Assim como o documento anterior, apresenta-se críticas relativas à sua constituição:

Em nossa avaliação o PNE, desde sua versão original, publicizada em 2010, se configura em mais um capítulo na história do desmonte da educação pública que vem ocorrendo na educação brasileira desde os anos 1990. Faz parte de um conjunto de ações governamentais que encaminha o processo de mercantilização, incluindo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE; 2007), que consideramos o “cavalo de Tróia da mercantilização” (MOTTA, *et al.*, s/pag).

O atual PNE faz referência a EJA como meta 10: “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional”, todavia apresenta apontamentos ligados à modalidade, em estratégias das metas 8 e 9.

Observa-se que a meta 10 potencializa a oferta de EJA integrada à Educação Profissional, o que aparentemente poderia ser interessante, já que a formação proposta aliaria a Educação Básica e a profissional, contudo, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita os gastos públicos por vinte anos, o contexto provoca instabilidade: como ampliar vagas com contenção orçamentária? Seria essa mais uma meta construída teoricamente? Estas parecem ser questões que merecem ser problematizadas.

Em documento estatístico produzido pelo INEP, intitulado “Censo Escolar da Educação Básica 2016”, encontra-se a afirmação: “O número de escolas que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos teve uma redução de 26,8% nos últimos oito anos”. (INEP, 2017, p. 4). Diante desta colocação, cabe ponderar os índices relativos às taxas de analfabetismo nos últimos anos, apresentados através da tabela 3.

2009	2011	2012	2013	2014	2015
9,7	8,6	8,7	8,5	8,3	8,0

Tabela 3 – Taxas de analfabetismo entre 2009 e 2015

Fonte: Autoras, com dados do IBGE. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

A análise puramente numérica apresenta queda nos índices de analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos ou mais, entre os anos de 2009 e 2015, no entanto o percentual de 8,0% de analfabetos ainda é significativo. Uma queda de 1,7% permitiria reduzir em 26,8% a taxa de oferta da modalidade EJA? Tal diminuição parece um tanto desproporcional, mais ainda ao considerar a perspectiva da modalidade para além da alfabetização e um PNE que acena ampliação de matrículas.

O atual PNE, além de apresentar como meta a ampliação da oferta de EJA Integrada ao Ensino Profissional, traça estratégias ligadas à implementação de Programas destinados a sujeitos considerados em defasagem idade-série; oferta gratuita de EJA para os que não tiveram acesso “na idade própria”; prevê Programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, para o público da EJA; oferta de EJA nos sistemas prisionais e apoio técnico e financeiro para projetos inovadores na área da EJA.

Em linhas gerais o PNE apresenta avanços, especialmente em relação à previsão da EJA Integrada à Educação Profissional:

Essa proposta fundamenta-se na integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, os quais também se integram a uma formação profissional específica. Por isso, sua denominação literal poderia ser EM integrado, integrado à EP. Tal proposta vem sendo implantada, ainda que timidamente, a partir de 2005, na rede federal de EP e em algumas redes estaduais. Não obstante, é preciso avançar também na direção do EM politécnico, ou seja, sem terminalidade em uma profissão específica – EM integrado (MOURA, 2010, p. 883).

A menção do incentivo a projetos inovadores também merece destaque, considerando que práticas exitosas podem inspirar os profissionais engajados com a modalidade. Contudo, ao remeter a Programas específicos para estudantes com defasagem idade-série e suplementação de transporte, alimentação e saúde, também através de Programas, deixa no ar a imprevisibilidade, por não apresentar um cenário de construção de uma política ampla e efetiva, que realmente possa contribuir com os

sujeitos da EJA. Soares (2001) já problematizou a falta de políticas perenes e, no PNE, mais uma vez são apresentadas soluções paliativas. Quanto a oferta de EJA no sistema prisional, cabe ponderar que não se trata de novidade, uma vez que o documento base do PROEJA já fazia referência a oferta da modalidade em tais estabelecimentos. No entanto, a referência em um PNE certamente apresenta um respaldo maior em um ambiente que realmente carece de educação em prol da ressocialização.

4 | CONCLUSÃO

Através deste trabalho, procurou-se abordar as políticas educacionais relativas à EJA, especialmente na faixa temporal entre 2001 e 2016, considerando para tanto, os PNEs aprovados pelas Leis: 10.172/2001 e 13005/2014 e, de forma breve, problematizou-se a Emenda Constitucional 95/2016. Compreende-se a complexidade que gira em torno das políticas educacionais e ousa-se afirmar que neste emaranhado de proposições, a abordagem relativa a EJA é escassa.

No PNE 2001-2010, observa-se resquícios da culpabilização dos indivíduos da EJA em relação ao analfabetismo, enquanto o papel do Estado, nesse aspecto, não é levantado. Ainda nesse documento não se criou estratégias de monitoramento, o que acaba dificultando as análises relativas à sua efetiva implementação. Observa-se que o PNE aprovado pela Lei 13005/2014 apresenta avanços ao prever o aumento das matrículas na EJA integrada à Educação Profissional, no entanto, o cenário da conjuntura parece nebuloso e instável, tornando-se difícil entender o aumento de matrículas diante da contenção orçamentária a partir da Emenda Constitucional nº 95/2016.

Compactua-se com Soares (2001) a problematização relativa à ausência de uma política nacional voltada para a EJA, para além da denúncia. Busca-se, a partir do retrato apresentado por legislações vigentes, construir um cenário crítico e propositivo em prol de uma política de EJA que realmente efetive o direito ao acesso e permanência, possibilitando que os sujeitos tenham experiências contínuas e exitosas, para que de fato tenham inserção como cidadãos ativos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____. **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 12 de mai. 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria**: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 27, n. 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022001000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 mai. 2017.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2017.

MOTTA, Vania; PICCINI, Claudia Lino; SILVA, Simone Maria; LAMARÃO, Marco Vinicius Moreira; GERALDO, Débora Sabina da Silva. Plano Nacional de Educação: notas críticas. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 25 a 28 de agosto de 2015, São Luis, Maranhão. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/plano-nacional-de-educacao-2014_notas-criticas.pdf> Acesso em: 14 mai. 2017.

MOURA, Dante Henrique. A relação entre a Educação Profissional e a Educação Básica na CONAE 2010: Possibilidades e Limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 112, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/12.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

SOARES, Leôncio. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras*. São Paulo, SP: Ação Educativa, 2001. p. 201-224.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-96-3



9 788585 107963